

EDITORIAL 012

Procuram-se vagas

- 01 [Continuam a chamar a atenção para regularizar a situação. 40
 as acusações contra Hussein Aref
 A Saab, responsável, de 2005 a abril
 deste ano, pela aprovação de em-
 05 prendimentos imobiliários de mé-
 dio e grande porte em São Paulo] 45
 [Como revelou esta **Folha**, o ex-
 B diretor do órgão municipal conhe-
 cido pela sugestiva sigla Aprov be-
 neficiou-se como poucos do boom
 10 da construção civil que se verificou
 nos últimos anos no país. Basta di-
 zer que no período de sua gestão
 adquiriu pelo menos 106 imóveis,
 15 com o valor aproximado de R\$ 50
 milhões — um prodígio, quando se
 sabe que seus rendimentos men-
 sais declarados eram de R\$ 20 mil.
 O ex-diretor também foi acusa-
 20 do de pedir R\$ 170 mil para legali-
 zar um hotel no bairro de Moema.]
 C [Agora, uma ex-diretora finan-
 ceira da BGE, empresa do grupo
 Brookfield, afirma que a compa-
 25 nhia desembolsou R\$ 1,6 milhão
 em propinas com o intuito de li-
 berar obras irregulares nos shop-
 pings Pátio Higienópolis e Paulista.
 No primeiro caso, entre outros
 30 problemas, o estabelecimento co-
 meçou a funcionar com 470 vagas
 de estacionamento a menos do que
 o exigido pela CET (Companhia de
 Engenharia de Tráfego). A falta te-
 35 ria sido maquiada com um contra-
 to falso de aluguel de vagas para
 atender à exigência.
 Ontem, o shopping foi multado
 em R\$ 1,5 milhão e ganhou 15 dias
- Segundo a ex-diretora da em-
 presa administradora do Pátio Hi-
 gienópolis, foram pagos R\$ 133 mil
 para que a irregularidade fosse ig-
 norada. E, mais uma vez, Aref Sa-
 ab seria o beneficiário, desta vez
 ao lado do vereador Aurélio Mi-
 guel (PR-SP). Ambos rechaçam as
 acusações — e a Brookfield diz não
 compactuar com irregularidades.] 50
 D [Por sua vez, o **Secovi**, sindicato
 que reúne os principais grupos do
 setor imobiliário paulista, manifes-
 tou “extrema surpresa” e “estar-
 recimento” diante das suspeitas.] 55
 [É certo que as denúncias preci-
 sam ser apuradas] E e, até prova
 em contrário, todos são inocentes.] F
 G [Infelizmente, contudo, a sen-
 sação disseminada pela socieda- 60
 de é de que a corrupção tornou-
 se uma instituição nacional e já
 não estarrece ninguém.] Com efeito,
 de tão evidente, já não é sequer H
 um segredo de polichinelo o fun- 65
 cionamento de máquinas de en-
 riquecimento ilícito nos diversos
 níveis de governo — da paroquial
 fiscalização do comércio munici-
 pal aos desvios urdidos na Espla- 70
 nada dos Ministérios.]
 I [Para enfrentar essa situação,
 não basta combater os maus ser-
 vidores e seus esquemas. É preci- 75
 so também identificar e punir os
 corruptores, ainda que se apresen-
 tem muitas vezes como simples
 vítimas de achaques e extorsões.]

Importar engenheiros

É irracional fechar as portas do país a profissionais de Portugal, como este fez com dentistas daqui; Brasil precisa atrair quadros qualificados

01 Noções preconcebidas e precipitação são as fontes do erro, ensinou o filósofo e matemático francês Descartes já no século 17. Re-

A 05 cusar açodada e impensadamente a ideia de facilitar a entrada no Brasil de estrangeiros qualificados — como engenheiros portugueses — conduzirá a equívocos danosos para o interesse estratégico do país.

10 A reflexão se impõe diante das respostas irrefletidas à defesa, pelo ministro luso dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, do reconhecimento de diplomas de engenheiros e arquitetos de seu país interessados em trabalhar no Brasil.

Há que ser mais cartesiano ao sopesar prós e contras da questão. 10

20 Brasil vive uma carência aguda — em quantidade e qualidade — desses profissionais do método e do rigor, herdeiros da atitude de Descartes perante as coisas do mundo.

25 [Segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil precisa formar, até 2020, entre 70 mil e 95 mil engenheiros a cada ano. A Associação Brasileira de Ensino de Engenharia, porém, estima que em 2010

30 se tenham diplomado só 41 mil.]

D Decerto não se poderá superar tamanha defasagem só com a importação de engenheiros prontos, de Portugal ou alhures. Agiu certo

35 o Ministério da Educação (MEC),

E

portanto, ao fixar a meta de dobrar para 300 mil as vagas de cursos de

40 engenharia oferecidas a cada ano no Brasil. Mas isso tampouco seria suficiente para suprir o déficit, res-

F salvaram os físicos Fernando Paixão e Marcelo Knobel, da Unicamp, sem artigo na **Folha**, anteontem.]

[A evasão nas graduações em engenharia, assinalam os professores, é alta demais. Só um quinto a um quarto dos ingressantes termina por formar-se — segundo os autores, porque lhes faltam noções básicas de matemática, que deveriam adquirir no ensino médio.

6

As notas de secundaristas brasileiros no Pisa, exame internacional padronizado, são devastadoras: 88% deles não conseguem ler gráficos, ferramenta revolucionária propiciada pela invenção do sistema de coordenadas cartesianas.

Da qualidade do ensino médio à abertura de vagas de engenharia, assim, são muitas as frentes de batalha para sanar a deficiência nacional. E não há por que excluir, de antemão, o recurso a profissionais estrangeiros — desde que submetidos à avaliação expedita da solidez de seus conhecimentos.]

70 O problema, em realidade, é maior que o da engenharia ou o dos portugueses. O Brasil precisa desenvolver, paulatina e criteriosamente, uma política racional para atrair imigrantes qualificados de qualquer parte, como fazem os Estados Unidos — onde nacionalismo e cartesianismo se combinam com enorme eficiência, e não por acaso produzem muitos dos quadros que governam o mundo.]

80

EDITORIAIS 017

editoriais@uol.com.br

Choque elétrico

Medidas do governo federal para reduzir peso da energia no custo Brasil seguem na direção correta, mas ainda causam incerteza no mercado

A O anúncio oficial das medidas de redução dos preços da energia elétrica a partir de 2013 confirmou o que já se sabia: 16,2% de corte para consumidores residenciais e até 28% para indústrias.

Surpresa, mesmo, causaram a amplitude das mudanças na regulação do setor e a composição dos cortes —cerca de 70% decorrem diretamente de tarifas que serão diminuídas e apenas 30% correspondem à retirada de encargos sobre a conta de luz.

B Mas não foi desta vez, ainda, que se falou de corte de impostos propriamente ditos. Continua incólume o ICMS, que onera o consumo de energia em até 40%.

C Diante da dificuldade de convencer governadores a abrir mão de ao menos parte dessa receita, o governo Dilma Rousseff optou por prorrogar por 30 anos as concessões que venceriam a partir do ano que vem. E condicionou tal prorrogação a que os atuais concessionários rebaixem tarifas, além de aceitar a indenização a ser calculada pela União para investimentos realizados pelas empresas que a lei manda reembolsar-lhes no vencimento da concessão.

D É possível inferir do que já se divulgou que o Planalto busca uma tarifa média de geração de R\$ 30 a R\$ 40 por MWh (megawatt-hora), valor que estima ser suficiente para cobrir custos operacionais das empresas. Em alguns casos, porém, em especial no da Eetro-

bras, o corte pode tornar a operação deficitária. Assim, ao concentrar o ônus da redução nas empresas (por meio das tarifas), e não nos impostos, o governo arrisca comprometer novos investimentos.

As indenizações devidas pela União poderiam evitar esse estrangulamento, mas o governo sinaliza que não pretende pagar muito pelos ativos que restam por indenizar. Parece acreditar que seriam suficientes para isso os R\$ 21 bilhões do fundo criado para dar conta dos ressarcimentos (RGR, ou Reserva Global de Reversão).

Alguns concessionários têm entendimento diferente. A direção da Eletrobras, por exemplo, já fez saber que espera indenização de R\$ 27 bilhões só para as suas usinas.

A conta final só será conhecida daqui a alguns meses, pois depende de cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e de conversações com as geradoras. Não será uma negociação fácil. E a insegurança que paira sobre as empresas de energia já fez suas ações despencarem na Bolsa.

E Existe ainda o risco adicional de questionamentos à constitucionalidade da prorrogação por meio de medida provisória. Há quem defenda que seria necessária uma emenda constitucional para tanto.

O governo federal definiu um objetivo correto para a renovação das concessões: diminuir o peso desse componente importante do custo Brasil. Mas ainda não deixou claro se a medida não vai minar a capacidade do setor de manter os investimentos necessários.

Até que os valores envolvidos e a legalidade do procedimento estejam estabelecidos, a boa nova permanecerá envolta em incerteza.

Limpeza e transparência

01 **A** [Levantamento feito por esta Folha em todos os Estados do país mostrou que a Lei da Ficha Limpa barrou, até agora, 317 candidatos entre os 15.551 que disputam as prefeituras brasileiras.]

05 **B** [Embora esse número possa mudar, ainda há casos a serem julgados em 16 Tribunais Regionais Eleitorais, e o Tribunal Superior

10 **C** Eleitoral precisará pronunciar-se sobre recursos], [difícilmente as candidaturas atingidas ultrapassarão 2% do total. Não chega a ser

15 **D** uma quantidade significativa.]

[É verdade que a Ficha Limpa pode ter exercido um efeito profilático, levando partidos a preterir candidatos enquadrados nos critérios de inelegibilidade da lei.

20 **E** Ainda assim, cabe assinalar que a norma rigorosa não se revelou a panaceia que muitos esperavam

25 **F** (apesar de tornar inelegível o postulante com condenação já na segunda instância, em vez de reservar a restrição aos casos em que a Justiça já tenha dado a última palavra, como seria aconselhável).

30 **F** De todo modo, a aplicação da regra, validada pelo Supremo Tribunal Federal, faz parte do paulatino amadurecimento do sistema eleitoral.

35 **F** A Lei da Ficha Limpa, oriunda de iniciativa popular, resultou da contrariedade com o alto nível de corrupção na esfera pública.]

[É preciso, pois, dar novos passos, como obrigar cada candidato a publicar, em tempo real, o nome das pessoas físicas e jurídicas que fizeram doações para sua campanha, explicitando os respectivos valores repassados.]

45 **G** Com a medida, o eleitor poderia saber, antes de votar, quem são os financiadores por trás de cada político e, assim, interpretar melhor os interesses que ele defende.

50 **G** Lembre-se, a tal respeito, a declaração impudica de Fernando Cavendish, dono da construtora Delta: "Se faço doações, não é que depois vá ganhar [licitações para obras]. Mas posso estar pelo menos bem representado para ter informação dos futuros investimentos".

[O mínimo que se poderia esperar é que essas doações fossem transparentes. Entretanto, não são. As regras em vigor permitem que elas sejam feitas disfarçadamente — e várias empresas preferem assim.]

60 **H** Os candidatos das 26 capitais já arrecadaram R\$ 120,5 milhões neste ano. Desse total, dois terços vieram de doações ocultas (recursos repassados a partidos, e não diretamente aos postulantes).

70 **H** [Tanto quanto o empreiteiro, o eleitor precisa de informações. Básico em democracias sólidas, o princípio da transparência ainda não é amplo o suficiente no Brasil.]

+

EDITORIAIS 015

editoriais@uol.com.br

Acomodação cultural

Indicação de Marta Suplicy para a Cultura é antes fruto de interesses eleitorais do PT paulista do que de uma nova proposta política para a área

01 [A troca da ministra da Cultura, Ana de Hollanda, por Marta Suplicy (PT-SP) é uma decisão que atende a demandas da senadora,

A 05 preterida na escolha do candidato petista à Prefeitura de São Paulo. Satisfaz, também, áreas da produção cultural descontentes, por variados motivos, com a gestão que ora se encerra.

10 A decisão veio no momento em que a ex-prefeita passou a apoiar de forma ostensiva a candidatura de Fernando Haddad em São Paulo. Reverteu-se, assim, a longa re-

15 sistência da senadora a engajar-se na campanha do correligionário. Como se sabe, a imposição do nome do ex-ministro da Educação pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva indispsôs a senadora com a cúpula do partido. Tudo indica que sua nomeação pela presidente Dilma Rousseff faz parte do entendimento que levou à mudança

25 de atitude de Marta. Haddad certamente necessita desse reforço. Embora venha melhorando seus índices nas pesquisas de intenção de voto, a ascensão é lenta: nos resultados do levantamento Datafolha concluído ontem, oscilou apenas um ponto percentual e se aproximou mais um pouco do tucano José Serra, 35 que também oscilou um ponto — para baixo, porém. Celso Russomanno (PRB) prossegue na lide-

rança, embora tenha perdido três pontos (cabe ressaltar que todas essas variações ocorreram dentro da margem de erro da pesquisa).

[Sob o ângulo das relações da presidente com o petismo, a troca também parece vantajosa. Além da reconciliação com Marta, dá ao PT paulista novo assento na Esplanada dos Ministérios.

Ana de Hollanda, é verdade, contava com apoio de petistas do Rio que se articularam com produtores de cultura contrários às propostas da gestão anterior de relativizar direitos autorais e restringir benesses da Lei Rouanet.

[A inabilidade política da agora ex-ministra no cargo a deixou em situação difícil. Mais de uma vez a presidente precisou reafirmar sua permanência, diante das sucessivas tentativas de desestabilização que enfrentou.

O pano de fundo dessa movimentação foi o embate entre correntes que gostariam de manter a influência no MinC e os que se opunham às diretrizes dos predecesores, Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Embora tenha visibilidade, o ministério possui orçamento modesto, de R\$ 2,2 bilhões, que equivale a apenas 0,2% das despesas não financeiras da União. Desse total, R\$ 440 milhões foram sacrificados no ajuste fiscal promovido pelo Executivo federal.]

[Cabe agora à nova ministra dizer a que veio e apresentar um projeto de política cultural. Caso contrário, deixará claro que a cultura não é mais que uma moeda de troca — e desvalorizada — para acomodar interesses partidários.]

EDITORIAL 016

Piso de responsabilidade

01 [Governadores de seis Estados da Federação voltaram a questionar, no Supremo Tribunal Federal (STF), a legislação que estipula um

A 05 piso nacional de remuneração para os professores do ensino básico e determina regras para o reajuste anual de salários dos docentes.

Em 2008, quando a lei federal foi 10 aprovada, governadores e prefeitos já haviam recorrido à Justiça para tentar barrar a legislação sobre o piso. Agora contestam, de maneira específica, o parâmetro empregado

15 para definir o montante do aumento, que segue os reajustes de gastos por aluno no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

20 [Tal regra levou a um acréscimo salarial de 22% de 2011 para 2012, o que resultou no piso atual de R\$ 1.451, e determina um aumento de 21% para o ano que vem]

B 25 [Os governadores argumentam que os reajustes, definidos por portaria ministerial em Brasília, dificultam o planejamento orçamentário dos Estados, além de ferirem o princípio de autonomia federativa.]

30 [Tanto quanto é louvável o objetivo dessa legislação, que busca valorizar uma carreira essencial para o desenvolvimento dos cidadãos e 35 do país, é compreensível a queixa dos governadores. Aumentos da

ordem estabelecida nos últimos anos, muito além das taxas de inflação, são, de fato, insustentáveis do ponto de vista fiscal.]

[No entanto não parece recomendável a solução defendida pelos Estados, que tentam limitar os aumentos ao repasse da inflação passada.] Isso representa um golpe no espírito da lei, que se propõe a garantir remunerações crescentes aos professores como contrapartida por sua maior qualificação.]

50 [É preciso buscar uma solução de compromisso, capaz de conciliar valorização dos docentes com responsabilidade fiscal. O principal problema com o atual modelo está na exclusão dos Estados do processo de definição dos aumentos. É justo que o governante incumbido do ônus de pagar a conta se sente à mesa para definir a amplitude do benefício.]

De maneira negociada, e com previsibilidade maior do que a de um simples reajuste anual decidido a portas fechadas em Brasília, seria possível planejar e conceder aumentos maiores do que a simples correção monetária.

A iniciativa para que se chegue a um acordo deve partir do Ministério da Educação, que, até aqui, tem preferido fazer política e cortesia com o chapéu alheio.]

Texto Im-
plicita

único seu nome